



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Assembleia da República
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada 281028

Classificação

05/03/02 / 1 / 1

Data

08/10/14

REQUERIMENTO

Número _____ / x (____ª)

PERGUNTA

Número 413 / x (4ª)

Expeça-se

Publique-se

15 / 10 / 2008

O Secretário da Mesa

Assunto: Situação nos Museus D. Diogo de Sousa e Mosteiro de Tibães, em Braga, em matéria de recursos humanos, nomeadamente para recepção e vigilância

Destinatário: **Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social**

*Por determinação de SENPAR, à
Sra. Secretária da Mesa*

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

08.10.15

A falta e instabilidade dos recursos humanos nestas duas importantes instituições culturais de Braga, onde o Estado fez avultados investimentos, é crónica, mas vem assumindo nos últimos anos um preocupante agravamento.

Os muitos factos que explicam a situação são conhecidos, sendo que alguns assumem particular gravidade pelas suas potenciais consequências.

Para lá da carência de dotações orçamentais mínimas e atempadas susceptíveis de permitir aos seus responsáveis planificar e programar (anualmente, pelo menos) as actividades das instituições e obras simples de manutenção de instalações e equipamentos, impedindo assim a rentabilização dos investimentos feitos, verificam-se factos como estes:

- 4 autocarros de visitas e haver 3 guardas para acompanhar;
- ausência de vigilância nocturna;
- sucessivos esforços de formação que se esvaem logo que se faz a «renovação» do pessoal temporário e precário, que vai «aguentando» o funcionamento – os POC têm sido os grandes «fornecedores» de mão-de-obra aos museus;



- a insegurança decorrente da inevitável multiplicação de inúmeros cidadãos de posse e conhecimento dos códigos e equipamentos de segurança,
- a impossibilidade e impotência (e também a frustração profissional) dos responsáveis em assegurar projectos, como os educativos, ou serviços mínimos em períodos de férias.

O rol dos factos e situações verificados com estas estruturas do Ministério da Cultura, que infelizmente não é só problema de Braga, não precisa de ser mais explicitado porque é sobejamente conhecido do Ministério e dos organismos que tutelam as instituições.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que avaliação faz o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social da situação de profunda precariedade de grande parte dos recursos humanos que suportam o funcionamento dos museus? É tal situação coerente com as sucessivas declarações do Governo, que pretende reduzir a precariedade nas relações laborais?
2. Que avaliação tem o Ministério da Cultura dos problemas referidos em cada um dos museus de Braga? Que medidas e programas estão em curso ou indiciados para lhes responder de forma definitiva?
3. Não considera o Ministério da Cultura que tal situação se traduz num permanente desperdício de vontades, empenhamentos e esforços, para lá dos prejuízos económicos e culturais do próprio Estado, decorrentes da profunda instabilidade dos recursos humanos que suportam as diversas actividades daquelas instituições?
4. Face à situação descrita, e conhecida, quem será o responsável moral e material por possíveis prejuízos decorrentes das situações de insegurança verificadas, particularmente das que podem acontecer por incêndios, furtos ou vandalismo?

Palácio de S. Bento, 14 de Outubro de 2008

Deputado

Agostinho Lopes